

FGV prevê recuperação lenta

Da sucursal do
RIO

A recuperação da economia brasileira será, provavelmente, tímida e demorada, uma vez que a margem de manobra dos administradores econômicos foi reduzida ao mínimo pela crise do balanço de pagamentos. A previsão é da Fundação Getúlio Vargas, segundo a qual, diante da impossibilidade de aumentar as importações, do nível mínimo suportável das reservas internacionais de moeda e da contingência de manter bem altas as taxas de juros internos, a reativação econômica terá de ser vagarosa, não havendo, mesmo, qualquer garantia de que já se chegou ao "fundo do poço".

Em análise publicada na "Carta do Ibre" de agosto, a FGV conclui que o nível de atividade industrial atingiu, em junho último, a mesma linha recessiva de 1975 e 77. Afirma, entretanto, que "o conjunto de forças atuando presentemente sugere, em primeiro lugar, que essa linha de mínima

atividade pode ter-se deslocado mais para baixo, ou seja, que o processo de queda de produção industrial ainda possa persistir". E prossegue: essa indicação é respaldada pelas respostas dos empresários à 60ª sondagem industrial de julho, quando aparecem as "piores previsões oferecidas em um mês de julho de qualquer ano desde que a pesquisa foi iniciada em 1968".

O artigo-opinião da FGV afirma, ainda, que "é provável, devido às restrições do balanço de pagamentos, que não seja possível oferecer — a partir do último trimestre deste ano, ou no primeiro de 82 — alento de grande impacto sobre a demanda global, tendo em vista os efeitos que isso traria sobre os gastos com importações e uma menor captação de recursos externos". A restrição do balanço de pagamentos é impeditiva e a magnitude dos projetos já em andamento compromete os recursos não inflacionários com os quais se poderia contar a curto prazo — completa o estudo.

A CRISE EXTERNA

A principal conclusão a que chega a fundação em seu editorial é a de que a razão fundamental da crise brasileira está situada em variável determinada por decisão interna. Diz o documento:

"... Acresce o fato incontornável de termos deixado cair a um limite crítico as reservas cambiais (pouco mais de US\$ 6 bilhões) que, em dólares reais, correspondem a uma posição mais baixa do que a disponibilidade existente em 1974, quando, então, nossa dívida bruta era pelo menos três vezes menor do que a de hoje. Qual a implicação prática e programática desse fato? É que não temos — como em 74/75 — uma certa margem de manobra em moedas fortes que nos permita "queimar" reservas, enquanto mantínhamos uma taxa de juros interna mais baixa do que a externa, assim estimulando o ritmo de atividade econômica doméstica. Estamos, ao contrário, agora, umbilicalmente atrelados às oscilações da taxa externa de juros, pois precisamos manter atrativos à

captação de novos empréstimos para recicar os que vão vencendo, e assim dançar conforme a música ditada pelo comportamento das economias dos nossos principais parceiros internacionais".

Semana passada, em conferência na FGV para um grupo de executivos de empresas brasileiras, o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonse, expôs o mesmo raciocínio: "Tratem de acompanhar o que está acontecendo com o nível de reservas cambiais, pois toda a política econômica interna está condicionada ao ajuste do balanço de pagamentos. E esse ajuste tem como variável mais premente o valor das reservas, ou seja, da caixa externa. Se o País deixa sua caixa externa na reserva — afirmou Simonsen — é claro que terá uma complicação muito grande, o que constitui, na realidade, os grandes problemas que temos hoje".

FUTURO

Para a fundação, a grande interrogação é o passo seguinte do governo. Segundo ela, "se movidas por pressões de toda ordem, decidirem as autoridades utilizar-

se da pequena brecha já obtida em termos de controle da inflação e da balança comercial para forçar os acontecimentos, produzirão uma trajetória em W, ou seja, uma curta e efêmera recuperação, para cairmos todos de novo em piores condições, nova recessão".

Ao contrário, "se movidas por uma antevisão histórica das reais necessidades do País, as autoridades conseguirem administrar com bom senso — como vêm fazendo — os diferentes episódios da crise, permitindo tempo para gastar-se completamente a recuperação almejada, aí sim, teremos abertas oportunidades amplas de crescimento não inflacionário nos próximos anos".

E finaliza o editorial: "Nesta segunda hipótese, mais alvissareira, o governo terá antes de se conformar em examinar, com profundidade radical, inúmeras insuficiências da atual organização econômica nacional que ainda perturbam a obtenção de maior eficiência alocativa e de máxima justiça social".